

O silêncio da Acrópole:

o mal-estar de Freud

Gláucia Dunley

O pensamento trágico de Freud refere-se às relações que o sujeito, na cultura, mantém com suas pulsões. O superego, como imperativo categórico, serve como chave para a leitura da metapsicologia e da teoria freudiana da cultura.

Pretendo neste artigo apresentar um aspecto de meu estudo sobre o trágico em Freud: o superego como agenciador das relações trágicas entre o sujeito e a cultura. Esta estrutura que em *O ego e o id* Freud considera como “um monumento comemorativo da debilidade primitiva e da dependência do ego”, e que, por outro lado, ele faz herdeira do complexo de Édipo (como a resultante de um certo domínio sobre as pulsões, sobre o complexo de Édipo mais precisamente), é paradoxalmente a responsável pela maior fonte de desempenho do sujeito e por seu mal-estar.

Farei aqui um pequeno percurso, tentando mostrar na fonte, isto é, na própria experiência de Freud, o que ele nos diz em *O mal-estar na civilização* ao se referir à ligação indissolúvel entre a cultura e o sentimento de culpa, resultando na perda da felicidade: “O processo que se iniciou em relação ao pai concluiu-se em relação à cultura.” Talvez no final deste percurso eu possa perguntar se a sublimação é um gozo trágico.

Gláucia Dunley é psicanalista, mestre em Teoria Psicanalítica e professora universitária. Este artigo baseia-se na dissertação de mestrado *O silêncio da Acrópole: uma reflexão sobre o pensamento trágico em Freud* (UFRJ, 1997).

O paradoxo

O contexto do qual parti para analisar o trágico em Freud se presta especialmente para desdobrar esta afirmação. Trata-se de seu texto de 1936, “Uma perturbação da memória na Acrópole”, um fragmento tardio de sua auto-análise. Nesta carta pungente e íntima que Freud aos oitenta anos escreve a Romain Rolland (o mesmo interlocutor de *O mal-estar na civilização*), ele expõe a análise de seu mal-estar vivido na visita à Acrópole em 1904, ou seja, trinta e dois anos antes da escritura de seu texto. Este mal-estar tomou a forma de um sentimento de estranheza (desrealização), efeito de sua divisão psíquica ao se ver diante da Acrópole.

O paradoxo apontado por Freud ressoa como um questionamento ético e trágico dos limites para a obtenção da felicidade.

Em seu texto de 1936, ele dá a sua chegada ao templo de Atena, símbolo da cultura grega e do saber divino representado por esta deusa, o sentido de um “chegar tão longe” (Freud, 1936) através da criação da psicanálise. Como então, pergunta-se Freud, teria se dado esta “reação paradoxal” de triunfo

e culpa na Acrópole que o deixou inquieto durante tantos anos, uma vez que a realização do desejo de “chegar tão longe” só deveria lhe trazer felicidade? Este é o paradoxo para o qual Freud aponta no texto da Acrópole e que, segundo minha leitura, ressoou sob sua interpretação da cultura como um questionamento ético e trágico, evidenciando as limitações da condição humana para a obtenção de felicidade pela ótica da psicanálise. Ele se faz ouvir igualmente sob a metapsicologia desde a formulação, em 1911, dos princípios que regulam o aparelho psíquico.

Entretanto, é sobretudo a partir de sua configuração, ou nova hierarquia, com a formulação da pulsão de morte e do princípio de nirvana, que Freud pode construir o superego como uma estrutura através da qual “o indivíduo troca uma catástrofe exterior ameaçada por uma desgraça interior permanente” impossibilitando radicalmente qualquer ilusão sobre a felicidade humana. Este paradoxo, mediado pelo superego e que em *O mal-estar na civilização* assume a forma do paradoxo da consciência moral, aponta para o trágico em Freud como forma de afirmar o desejo para além do princípio do prazer/princípio de realidade, para além de uma lei moral, superegógica, que manteria o sujeito na ilusão de um contrato totêmico com o pai assassinado, através do qual ele se livraria do desamparo se não violasse os tabus de incesto e parricídio.

A partir deste contrato totêmico ao qual Freud alude quando fala de “obediência retrospectiva ao pai morto” em *Totem e tabu* e *Moisés e o monoteísmo* e no próprio texto de 1936, seria possível pensar em uma gênese da moralidade referida a um superego feroz, enunciador de “imperativos categóricos”, diferente da gênese de uma ética em Freud, que eu articularia ao ideal-de-ego como instância transgressiva e criadora, instância desejante. Vejamos os sentidos desta elaboração.

Na análise de 1936, Freud atribui seu mal-estar na Acrópole ao superego, o agenciador desta “lógica simbólica” entre desejo e interdito, lógica que ele havia começado a elaborar em *Totem e tabu* ao se lançar ao estudo dos tabus com a confessada intenção de “jogar luz sobre a formação de nosso próprio imperativo categórico.” Em seu texto, de 1936, ele articula desejo e interdito ao dizer: “É como se o essencial do êxito consistisse em chegar mais longe que o próprio pai e que desejar superá-lo fosse proibido... Há neste fato algo de mau, algo de ancestralmente vedado.”

Em minha análise, interpreto o desejo de Freud de suportar o pai pela criação da psicanálise como a face oculta (e culta) de seu desejo de parricídio, que seria em última instância a base de toda sua obra. “Chegar tão longe”, à Acrópole, como metáfora da construção da psicanálise, fazia parte do *Heimliche* o desejo de “chegar tão longe” como o desejo de superar/assassinar o pai. A formulação deste interdito expresso por Freud, como já sugeri, parece provir de uma voz ancestral, superegógica, que emerge na análise-texto de Freud como a fala de um pai que finalmente retorna, mas sob a forma trágica de um “imperativo categórico” que se expressa na relação de um superego representante do id, isto é, da pulsão de morte, como um ego torturado pela culpa.

O “imperativo categórico”

É deste imperativo que Freud toma emprestado de Kant, no seu elogio iluminista da razão e da ciência no lugar de uma moral teológica, que pretendo extrair o trágico da sua concepção de superego, problematizando-o com a leitura de Hölderlin sobre o trágico de Sófocles em Édipo-Rei.

Em *Reflexões*¹, Hölderlin articula a modernidade a um tempo trágico

em que se deu a “retração do divino” ou a “retirada categórica dos deuses.” Neste contexto poético-filosófico, ele nos diz que o imperativo kantiano é categórico porque não tem a forma de um contrato firmado com Deus, o que garantiria uma recompensa pela moralidade. Em sua concepção, o imperativo só se torna categórico quando não tem mais fundamento teológico, isto é, quando Deus se retira e o homem especula. O homem está de luto da divindade e os deuses, indiferentes. Sua morada, silenciosa.

Assim, é diante de uma Acrópole silenciosa, de uma Atena indiferente ao não-saber de Freud sobre aquela “reação paradoxal” de estranheza e divisão do ego² que, segundo minha hipótese, iniciou-se para Freud um tempo de luto trágico em que a transcendência do divino (ou de seus representantes) se apagou. Luto, então, de um complexo paterno (pai, Deus, deuses ou ideais, como o saber e a felicidade) que lhe deixaria como herança trágica a concepção de uma instância psíquica, o superego, responsável por ele não ter podido experimentar um sentimento de felicidade ao chegar à Acrópole.

Hölderlin, em suas *Reflexões*, nos diz que a dimensão do trágico é a ferida que separa o humano do divino, e que em Édipo-Rei, esta ferida, esta cesura, é introduzida pela fala entre Tirésias e Édipo, oracular e conflituosa, respectivamente. No sentido do “imperativo categórico” de Freud, elaborei a desrealização como a relação trágica entre um superego oracular, mensageiro do id, tal como Tirésias o era dos deuses, e um ego igual aos deuses, mas torturado pela culpa. Como veremos mais adiante, a separação ou diferenciação entre estas instâncias psíquicas é geradora de “intensidades”, inclusive de angústia como pura intensidade pulsional (ou de sua face consciente, o sentimento de culpa). Considerei es-

tas intensidades como as condições econômicas da tragédia freudiana, ou pré-condições do trágico. Já o trágico seria em minha leitura a afirmação do desejo, ultrapassado ou transgredindo uma injunção superegóica (“Tu não deves superar/assassinar o pai”), à moda das colocações feitas por Freud em *O ego e o id* ao situar (e dividir) o sujeito diante dos “imperativos categóricos” enunciados pelo superego. Mais precisamente, o trágico estaria relacionado ao momento em que esta superação

conduzida por ele durante mais de trinta anos sobre esta instância, deslocando a discussão sobre a moralidade de um patamar dividido³ para o da condição humana que, à luz da psicanálise, é a do sujeito dividido. Paradoxalmente ou tragicamente, esta estrutura derivada ou herdeira do complexo paterno é a maior fonte de produção do desamparo no sujeito.

Freud realiza nesta longa reflexão uma genealogia do superego ou uma “genealogia da moral” à sua

A nomeação do superego, em 1923, é o clímax de uma reflexão conduzida por mais de trinta anos, deslocando a discussão sobre a moralidade de um plano divino para o da condição humana.

(drama edípico) se transforma em ultrapassagem, momento da interpretação do desejo que o moveu a chegar tão longe, efetuada por Freud em seu texto de 1936. Só então, segundo minha análise, seria possível falar de sublimação e indagar se ela não é um gozo trágico, contrapondo-a a um gozo edípico na experiência de desrealização em 1904. Veremos isto com mais detalhes no final desta reflexão.

Embora o termo superego (*Über-Ich*) tenha sido introduzido por Freud em 1923, em seu ensaio *O ego e o id*, constituindo-se portanto na segunda tópica, esta nomeação é o clímax de uma reflexão incessante,

moda, pois é isso que ele nos diz na conferência “A dissecação da personalidade psíquica”: “Temos averiguado várias coisas sobre a formação do superego, isto é, sobre a gênese da consciência moral.” Uma delas, ele nos dirá em “O problema econômico do masoquismo” (1924), é a sua origem no complexo de Édipo. Já em “A dissolução do complexo de Édipo” (1924), ao desenvolver esta idéia, ele acrescenta: “O imperativo categórico de Kant é portanto o herdeiro direto do complexo de Édipo ... e este demonstra ser assim, como supusemos desde *Totem e tabu*, a fonte de nossa moral individual.”

Ele inicia esta genealogia na primeira tópica ao desenvolver o conceito de censura em *A interpretação dos sonhos*, colocando-a como um censor entre os sistemas inconscientes e pré-consciente/consciente e sendo responsável não só pela formação onírica como pela resistência à interpretação. Em “A censura do sonho” (1932), Freud relaciona a consciência moral à censura e ao recalçamento: “... esta instância de auto-observação, conhecemo-la: é o censor de ego, a consciência moral, é exatamente a que à noite exerce a censura dos sonhos; é dela que partem os recalçamentos dos desejos.” Até onde pude rastrear, a expressão “imperativo categórico” faz aí o seu primeiro aparecimento.

Em 1912, no prefácio de *Totem e tabu*, ele nos diz que os tabus não diferem do “imperativo categórico” de Kant, que trabalha de forma compulsiva, rechaçando todo desejo consciente. Em minha interpretação, Freud dá à lei moral, ao seu “imperativo categórico”, um sentido diferente do kantiano, pois se a este último está adscrito o sentido de agir por amor à lei (autonomia da lei moral), em Freud trata-se de uma relação compulsiva e coercitiva do superego com o ego que implicará, da parte do ego, em uma relação ambivalente com o superego, de temor e veneração, baseada por sua vez em relações que transcendem o sujeito (uma certa heteronomia da lei moral).

Assim, antes de colocar os aspectos mais teóricos dessa genealogia, já na segunda tópica, farei uma breve abordagem de *Totem e tabu*. Neste ensaio Freud insufla força ao que será posteriormente elaborado como “imperativo categórico” na problemática do superego, ao dotar literalmente o pai primevo de uma *Zwang*, uma força coercitiva. Ao colocar mais tarde o superego como herdeiro do complexo de Édipo, identifica-o também

com este protopai, portador da pulsão de morte. Isto permite que o superego seja provido de uma força mortífera de dominação sobre o ego (sádica), tiranizando-o e impedindo-lhe as satisfações que ele gostaria de obter, tal como o pai da horda fazia com seus filhos. Além deste aspecto econômico que privilegiei, esta identificação permite a Freud situar o superego como uma verdadeira central de confluências e influências (intra, inter e extrapsíquicas), integrando o sujeito à civilização e à cultura, aos vivos e aos mortos, à filogênese e à ontogênese, ao inconsciente e à consciência, a Eros e a Tânatos.

Totem e tabu

Fundamentalmente, em *Totem e tabu*, Freud coloca o complexo de Édipo como uma estrutura civilizatória⁴ e universal, criando, à moda de uma tragédia, um campo de forças, gerador de intensidades, no qual ele fará inferir uma lógica simbólica entre desejo e interdito. Entre estes dois registros, de força (do real) e do desejo/interdito (simbólico), ele insere um registro imaginário através do pai primevo (de sua face imaginária de ferocidade), desencadeador de afetos que resultarão em sentimentos de horror e veneração, responsáveis pelo caráter sagrado do *Urvater*. Nesta “lógica simbólica”, nomeada como tal no primeiro ensaio, Freud propõe inicialmente que o desejo incestuoso é condição para que o interdito sobrevenha. Pois é ele mesmo quem diz que não haveria razão em proibir algo que não fosse desejado. Entretanto, mais adiante no primeiro ensaio, ele acrescenta outras colocações que permitirão talvez a Lacan dizer que a mãe é desejada porque é proibida.

No segundo ensaio, Freud trabalha a noção de tabu dizendo que esta palavra apresenta dois significados

opostos: o sagrado e o inquietante (perigoso, proibido, impuro). Isto nos remete de pronto ao texto da Acrópole, onde Freud nos diz que a satisfação de haver chegado tão longe acarreta seguramente um sentimento de culpa. “É como se o essencial do êxito consistisse em chegar mais longe que o próprio pai e que desejar superá-lo fosse algo proibido ... Há neste fato algo de mau, algo de ancestralmente vedado.” É uma proibição sem nenhum fundamento aparente, distinguindo-se assim das proibições morais para as quais é possível encontrar um sentido. Neste momento é possível uma articulação como algo de extrema importância para a interpre-

Em Freud, o imperativo é uma relação coercitiva do superego com o ego, implica em temor e veneração do superego por parte do ego.

tação da moral e da ética realizada por Freud, que ele esboça como um início neste segundo ensaio sob a rubrica do tabu, mas que só será desenvolvido plenamente em *Moisés e o monoteísmo*: ele interpreta a moral⁵ vinculando suas origens à religião. Trata-se do vínculo da proibição com o sagrado, ou seja, do aspecto profundamente religioso da proibição. “O sagrado é algo que, além do alto valor que possui para

um povo, possui uma inegável vinculação com o religioso” como lemos em *Moisés e o monoteísmo*. Freud delinea e precisa a partir deste ensaio, algumas vinculações fundamentais: o caráter proibitivo de um preceito moral está firmemente ligado ao sagrado que por sua vez possui uma inegável vinculação com o religioso, como acabamos de ver. Isto já permite um primeiro subsídio para a interpretação que Freud faz da moral, isto é, de que ela tem suas raízes no religioso.

Em *Totem e tabu*, Freud procurou a relação lógica entre desejo e interdição. Lacan encontrou aí subsídios para sua própria elaboração desta lógica, pela qual faz do desejo uma função da lei.

No juízo formulado por Freud no texto da Acrópole, no qual ele se dá conta de que o triunfo por superar o pai está ligado à transgressão de uma proibição, a algo “ancestralmente vedado”, ou seja, ligado à transgressão de um tabu, ele permite chegar através desses dois textos (*Totem e tabu* e *Moisés e o monoteísmo*) à essência dessa proibição: seu caráter sagrado. A que se ligaria este caráter sagrado? Diz, então, que ele se liga a um vínculo religioso, à vontade do pai morto. “Quando os preceitos nos parecem grandiosos e enigmáticos (é bem o caso do juízo formulado no texto da Acrópole), este caráter se deve ao

vínculo com a religião, à sua origem na vontade do pai.”

Sacer não significa apenas sagrado mas também abjeto, execrável (aliás, a mesma duplicidade de sentido contida na palavra tabu e o que permite expressar a ambivalência que domina a relação de um filho com o pai). Assim, a vontade do pai morto não se referia apenas a algo que não se devia tocar, pois era digna de todo o respeito, mas inspirava igualmente horror, pois exigia uma dolorosa renúncia pulsional.

Os tabus do incesto e do parricídio, núcleos do totemismo, são então proibições que têm seu fundamento naquilo em que o sagrado se encontra com o religioso: na vontade do pai morto. Daí o acento afetivo muito forte, diz Freud, e que me levaria a chamar de angústia diante do pai morto ou angústia primordial a angustiante estranheza presente na desrealização da Acrópole. Ou ainda, angústia diante de “imperativo categórico.”

Voltando ao segundo ensaio de *Totem e tabu*, onde Freud comenta que para os psicanalistas a variedade de tabus pode ser reduzida a uma unidade: o ato proibido cons-

titui a base do tabu e sua realização é impulsionada por um enérgico desejo localizado no inconsciente. Esta concepção é formulada por Freud sob a forma de uma questão: “Qual pode ser esta perigosa propriedade que permanece sempre semelhante a si mesma em circunstâncias tão diferentes (isto é, em vários tabus)?” Qual seria a propriedade que atia os desejos do homem e o induz na tentação de infringir a proibição? Ou seja, a interdição aticando o desejo. Pode-se observar na maneira pela qual Freud formula esta questão que ele está interessado em estabelecer o caráter universal desta “propriedade.” Pode-se dizer talvez que ele está indo mais adiante no estabelecimento da relação lógica entre desejo e interdição do que fora no primeiro ensaio. Lá era o desejo incestuoso que chamava por um interdito, aqui o interdito reforça o desejo. Lacan pôde encontrar certamente, nesta segunda parte da lógica simbólica freudiana que liga desejo e interdição, subsídios para sua própria elaboração desta lógica, pela qual ele faz do desejo uma função da lei.⁶

Para finalizar o estudo do segundo ensaio, destaco as palavras de Freud ao dizer que seu interesse em “decifrar” o enigma do tabu reside no fato de que a essência das proibições morais deve possuir uma afinidade com este tabu primitivo. Deste modo o esclarecimento (ou a decifração) desse enigma poderia projetar alguma luz sobre a obscura origem de nosso próprio “imperativo categórico.” Considero que esse caminho de decifração do tabu empreendido por Freud nos seus quatro ensaios é retilhado por ele no texto da Acrópole quando tenta decifrar o sentido da desrealização, lançando um foco de luz sobre o “imperativo categórico” na cena da Acrópole. Diz ele, no prefácio de *Totem e tabu*: “Embora expressos de forma negativa e diri-

gidos para outros assuntos, os tabus, em sua natureza psicológica, não diferem do imperativo categórico de Kant que trabalha de forma compulsiva, recusando toda motivação (desejo?) consciente.” Vemos que aqui ele aproxima o imperativo categórico de uma forma de relação imperativa e proibitiva entre o superego e o ego, fundando-a no sagrado, na vontade do pai morto.

No quarto ensaio, Freud constrói a passagem da horda paterna ao clã totêmico, através do assassinato do pai primitivo pela coalizão dos irmãos. No lugar do pai erigiu-se o totem, tido então como ultrapassado. O pai violento e tirânico constituía o modelo que os filhos invejavam e temiam e ao devorá-lo identificavam-se com ele e se apro-

o pai que se opunha ao seu desejo sexual e de poder e ao mesmo tempo o amavam e o admiravam. Depois de tê-lo suprimido, satisfazendo seu ódio, os sentimentos amorosos puderam se impor e assim identificaram-se com ele e também entre si. Como conseqüência deste processo afetivo (da ambivalência) surgiu o remorso e o sentimento de culpa, confundidos aqui, e o pai morto adquiriu uma importância muito maior do que teve em vida. O que o pai antes lhes havia proibido, os filhos passavam a proibir a si mesmos: matar o totem e recusar-se a colher os frutos de seu crime através do contato sexual com as mulheres agora acessíveis para eles. Freud chama isto de “obediência retrospectiva ao pai morto”,

estruturador do *socius*, o tabu referente à proibição de matar o totem possui um valor essencialmente religioso. Por meio da atitude de proteção e reverência que os filhos tinham em relação ao totem por considerá-lo uma substituição natural e lógica do pai assassinado, o sentido de culpa podia ser apaziguado e praticada uma certa reconciliação. Para usar o termo de Freud, trata-se de uma substituição dentro de uma lógica simbólica. Segundo Freud, o sistema totêmico tinha o valor de um contrato permanente com o pai⁷, no qual este último prometia tudo aquilo que a imaginação infantil no seu desamparo poderia esperar de tal pessoa, sua proteção e carinho e, contrapartida, estes filhos não renovariam o ato parricida. É importante destacar que a religião totêmica não abarca apenas arrependimento e o desejo de reconciliação com o pai, mas serve também para conservar a recordação do triunfo conseguido sobre o pai. A satisfação deste desejo, de triunfar sobre o pai, parece ser a base do banquete totêmico.

Os dois tabus fundamentais do totemismo, que coincidem com os desejos recalçados de Édipo, foram engendrados pela consciência de culpa e representam o início da moral humana.

Um “banquete totêmico” sem alegria: a culpa e o superego

Ao pensar que a visita de Freud à Acrópole pôde tomar o sentido de um banquete totêmico, por que não houve alegria? Pois é esta questão, em outras palavras, que Freud se coloca no texto da Acrópole ao analisar sua “reação paradoxal.” Isto nos remete ao texto *O mal-estar na civilização*, pois nele Freud articula o sentimento de culpa ao superego. Destaco apenas estas passagens de Freud que me parece oportuna para sintetizar em suas próprias palavras o mal-estar na Acrópole: “O processo que se iniciou em relação ao pai conclui-se em relação a cultura.⁸ Conseqüentemente, por esta inarredável ambivalência, a cultura está ligada indissolivelmente a uma exaltação do sentimento de culpa... O preço pelo progresso da cultura reside na

priavam de uma parte de sua força. O banquete totêmico, talvez a primeira festa da humanidade, seria a comemoração deste ato criminoso e memorável que constituiu o ponto de partida das organizações sociais, das restrições morais e da religião.

Para tornar verossímeis estas conseqüências, basta admitir, diz Freud, que a horda fraterna possuía em relação ao pai a mesma atitude ambivalente e contraditória do complexo paterno do menino e dos neuróticos. Odiavam

que eu penso poder articular à moralidade. Em *Moisés e monoteísmo*, ele a articula à vontade do pai morto, extraindo daí o seu caráter sagrado.

Constata-se assim que os dois tabus fundamentais do totemismo (que coincidem com os desejos recalçados de Édipo) foram engendrados pela consciência de culpa e representam o início da moral humana. Esta tem uma vinculação estreita com o sagrado, pois se o tabu relativo à proibição do incesto tem um caráter de

perda da felicidade pelo aumento do sentimento de culpa.”

Ao abordar *Totem e tabu*, que me levou também a *O mal-estar na civilização*, deixei de lado qualquer preocupação cronológica nessa genealogia do superego; centrei-me no cerne desta moralidade interpretada por Freud e que encontra sua maior expressão no registro econômico da obra freudiana, mais especificamente na articulação da pulsão de morte com esta instância que terá sua função de consciência moral mantida ao longo de quase toda a obra freudiana. Só nesta articulação podemos compreender a relação do superego e do ego como “imperativo categórico” tal e qual Freud propõe em *Totem e tabu*, falando justamente desta força imperativa que se impõe como *Zwang*.

Entretanto, nem só de Tântatos vive o superego. É o que nos mostra a elaboração de Freud sobre o ideal-de-ego junto a uma faculdade de observação, de comparação e de crítica, em “Para introduzir o narcisismo” (1914). Neste ensaio Freud nos diz que o ideal do ego é o herdeiro do narcisismo primário perdido: “O homem não quer renunciar à perfeição de sua infância e já que não pode mantê-la diante dos ensinamentos recebidos durante seu desenvolvimento e do despertar do próprio julgamento, tenta conquistá-las de novo sob a forma de ideal-de-ego.”

Entretanto, a produção deste ideal eleva as exigências do ego, favorecendo mais ainda o recalçamento. Freud atribuirá a função de velar pela satisfação do ego, vigiando-o sempre, a uma instância na qual poderia ser reconhecida a consciência moral. Seria talvez interessante observar que o ideal-de-ego esteve desde o início submetido às críticas desta instância. A partir dela, Freud pôde esclarecer os delírios de observação (auto-referência) nas paranóias, em certas neuroses de transferência,

Veremos misturar-se a este caldeirão de forças e estruturas mais ou menos diferenciadas os princípios do prazer, de realidade, de nirvana, constituindo um conjunto aberto para o corpo e a cultura, que passa a ser o psiquismo concebido por Freud.

no luto e na melancolia.

Vemos assim que, em 1914, Freud atribui à consciência moral a função de vigilância (é uma instância censora), enquanto o ideal-de-ego é o herdeiro do ego ideal da infância, moldado pela crítica e aspirações de outros sujeitos e da cultura, assim como pela consciência moral.

Em 1921, em *Psicologia das massas e análise do ego*, vai se constituir sob o título de ideal-de-ego uma instância única de múltiplas funções, antecipando uma relação estrutural: a auto-observação, a consciência moral, a censura onírica, a influência principal no recalçamento, mais as aspirações narcisistas do ego.

Freud inicia *O ego e o id* dizendo que este ensaio é um desenvolvimento das idéias propostas em *Para além do princípio do prazer*. Faz em seguida duas afirmações que considere no decorrer desta elaboração: que a diferenciação (divisão) do psíquico em consciente e em inconsciente é a premissa da psicanálise e que a consciência não é a essência do psíquico mas apenas uma qualidade do psíquico. Veremos como ele tornará muito mais complexas estas afirmativas, reconfigurando o inconsciente ao introduzir o id, este inconsciente que não é latente nem

recalcado, e que transpassará as estruturas psíquicas de maneiras diferentes. O ego e o superego surgem exatamente da criação deste pólo pulsional, o id, através de suas diferenciações. Veremos misturar-se a este caldeirão de forças e estruturas mais ou menos diferenciadas os princípios de prazer, de realidade, de nirvana, constituindo um conjunto aberto, aberto para o corpo e para a cultura, que passa a ser agora o psiquismo concebido por Freud.

Hölderlin e o trágico

É justamente a partir deste enfoque que considero possível voltar a Hölderlin, à tragédia e ao trágico. Em seu *Fundamento a Empédocles*⁹ de 1799, quando Hölderlin assume a tarefa de aprofundar o conceito filosófico de trágico, ele nos diz que o poema trágico fica tensionado entre dois pólos: o excesso de intensidade e o excesso de diferenciação entre o humano e o divino, para fazer aparecer a diferença.

Talvez seja possível pensar que o discurso freudiano sobre o psiquismo em *O ego e o id* toma os contornos de uma tragédia

metapsicológica. Freud faz o ego conviver com o excesso de diferenciação (o superego/ideal-de-ego) e o excesso de intensidade (o id). No terceiro capítulo, “O ego e o superego (ideal-de-ego)”, Freud torna mais difícil ou complexa a situação do ego. “Se o ego fosse apenas uma parte do id, modificada pelo sistema percepção-consciência, isto é, se ele fosse apenas o representante do mundo externo no anímico, nós nos encontraríamos diante de uma situação simples. Mas é mais complicado ... Os motivos que nos levaram a suportar a existência de uma fase do ego, ou seja, uma diferenciação dentro dele próprio a que damos o nome de ideal-de-ego, ou superego, estão expostos em outros lugares e continuam de pé. A novidade, e que exige esclarecimento, é que esta parte do ego apresenta uma conexão menos firme com a consciência.”¹⁰

Mais adiante, ele dirá que o ideal-de-ego ou superego é o representante do id. Freud supõe a transformação da libido objetual do ego em libido narcísica, o que faz com que o ego se ofereça como objeto de amor ao superego, ao se identificar com o objeto (“Podes amar-me pois sou parecido com o objeto perdido”). Esta transformação da libido traz consigo um abandono dos fins sexuais, uma dessexualização, “uma espécie de sublimação.”

Através deste encaminhamento, Freud elabora a gênese do superego a partir das cargas de objeto abandonadas em favor de identificações realizadas muito precocemente. Entretanto, a identificação é feita com os pais pois ela se processa antes da assunção da diferença sexual e não será considerada por Freud como resultante do abandono de uma carga de objeto, recebendo o nome de identificação primária. Posteriormente, esta identificação se fará mais com o pai ou com a mãe, separadamente.

Entretanto, assinala Freud, o superego (ou ideal-de-ego) não é somente resíduo (identificatório) das

primeiras eleições de objeto do id, senão também uma enérgica formação reativa contra elas. Sua relação com o ego não se limita à ordem: “Assim como o pai deves ser”, mas compreende também uma proibição: “Assim como o pai não deves ser, não deves fazer tudo o que ele faz, pois existe algo que lhe está exclusivamente reservado.” “Não deves inclusive superá-lo, assassiná-

A gênese do superego é o resultado do desamparo infantil e do complexo de Édipo.

lo”, eu poderia dizer, fazendo o enlace entre a injunção superegógica paradoxal em *O ego e o id* e o texto da Acrópole, pois se trata de duas proibições ancestrais, a de incesto e a de parricídio, conforme nos lembra Freud em *Totem e tabu*, relacionando-as aos dois crimes realizados por Édipo, e em *Moisés e o monoteísmo* ao abordar a renúncia pulsional.

Esta dupla enunciação, nos diz ainda Freud, está na base da origem do superego no recalçamento do complexo de Édipo. Este processo não é nada simples: tendo reconhecido no pai, principalmente, o obstáculo à realização dos desejos configurados no complexo de Édipo, o ego teve que

se fortalecer para levar a cabo tal recalçamento, criando em si próprio tal obstáculo. O “obstáculo” retirou suas energias do pai (por identificação), o que traz importantíssimas conseqüências: o superego conservará o caráter do pai e quanto maior a intensidade do complexo de Édipo, mais severamente reinará sobre o ego como consciência moral ou como sentimento inconsciente de culpa. Diz ele, em *O ego e o id*: “Mais adiante exporemos nossa suspeita de onde o superego retira a força necessária para exercer tal domínio, ou seja, o caráter coercitivo que se manifesta como imperativo categórico.” Esta gênese do superego constitui assim o resultado de dois fatores muito importantes: do desamparo/dependência infantil do homem e do complexo de Édipo.

É interessante o comentário feito por Freud em relação à acusação, feita várias vezes à psicanálise, de que ela não teria se ocupado da moral. Diz então que este comentário é injusto, pois desde os seus primórdios a psicanálise havia atribuído o recalçamento às tendências morais e estéticas do ego.

“O ideal-de-ego (ou superego) é portanto o herdeiro do complexo de Édipo, e com isto é a expressão dos impulsos mais poderosos do id e dos mais importantes destinos de sua libido ... Por meio de sua criação, o ego se apoderou do complexo de Édipo e se submeteu simultaneamente ao id. O superego, advogado do mundo interior, ou seja, do id, se opõe ao ego, verdadeiro representante do mundo exterior ou da realidade.” (*O ego e o id*).

Assim, Freud concebe estas relações que eu chamaria de trágicas entre as instâncias psíquicas: o superego, que é o representante (“advogado”) do id, é parte do ego e se opõe a ele, fazendo o sujeito conviver sempre com este dilaceramento entre as instâncias, criando intensidades, tensões, sentimentos de culpa: “A tensão entre

as aspirações da consciência e as realizações do ego é percebida como sentimento de culpa.”

Outro enunciado que me parece importante em relação à formação do superego é que este toma do id tudo o que se refere aos destinos da espécie humana, apresen-

o princípio de prazer serve de bússola para o id no combate contra a libido, que introduz perturbações no curso da vida; o id evitaria o aumento de tensões introduzidas por Eros através do princípio de prazer.” Ele dirá mais adiante que o ego através de seu trabalho de

Freud, e arriscar a presunção de que grande parte do sentimento de culpa tem que ser normalmente inconsciente por achar-se a gênese da consciência moral inteiramente ligada ao complexo de Édipo, integrado no inconsciente. Nestas várias circunstâncias, demonstra o superego sua independência do ego consciente e suas íntimas relações com o id.

Para tentar explicitar como o superego poderia manifestar-se sob a forma de sentimento de culpa, Freud diz que na melancolia o superego entra numa luta encarniçada contra o ego, como se ele houvesse se apoderado de todo o sadismo disponível do indivíduo. Segundo sua concepção do sadismo, Freud diria que o componente destrutivo da pulsão de morte se instalou no superego, voltando-se contra o ego: reina então no superego a pulsão de morte.

As pulsões de morte têm diversos destinos, diz Freud finalmente: parte delas é neutralizada pela sua fusão com componentes eróticos, outra parte deriva para o exterior como agressão e uma terceira parte, a mais importante, continua livremente seu trabalho interno. É interessante observar que quanto mais o sujeito limita sua agressão, mais severo e agressivo se torna seu superego, como se ocorresse um deslocamento e um retorno da agressão para o ego.

Ao tecer seus últimos comentários, Freud nos diz que o superego reacende uma identificação com o modelo paterno, e que cada uma destas identificações possui o caráter de uma dessexualização e inclusive de uma sublimação, parecendo que tal transformação traz consigo sempre uma des fusão das pulsões, ficando o componente destrutivo da pulsão de morte liberada. Desta associação o ideal-de-ego extrairia “o dever imperativo, rigoroso e cruel.”

Assim, o ego serve a três senho-

Freud se pergunta se existem relações importantes entre as estruturas e as pulsões. Irá dizer que o ego ajuda a pulsão de morte a subjugar a libido e que o superego demonstra ter íntimas relações com o id.

tando assim uma ampla relação com as aquisições filogenéticas do sujeito, isto é, com sua herança arcaica. Contém ainda, no que se refere ao amor pelo pai, o núcleo de onde partiriam todas as religiões.

A história da gênese do superego nos mostra que os conflitos antigos do ego com as cargas de objeto do id podem continuar transformando-se em conflitos com o superego, herdeiro do id.

A partir de um certo momento em *O ego e o id*, ao abordar as duas classes de pulsões, Freud se pergunta se existem ou não relações importantes entre as estruturas e as pulsões. “Não é difícil achar representantes de Eros; em contrapartida, como representante da pulsão de morte, dificilmente concebível, só nos é possível indicar a pulsão de destruição.” Voltemos à luta contra Eros: “É fora de dúvida que

identificação e sublimação ajuda as pulsões de morte do id a subjugar a libido. Para prestar tal serviço, tem que se revestir de libido, constituindo-se assim em representante de Eros e portanto, aspirando a viver e a ser amado.

No capítulo “As servidões do ego”, Freud diz que o superego “é um monumento comemorativo da debilidade primitiva e da dependência do ego”, e do mesmo modo que a criança se submetia a seus pais, sendo obrigado a obedecê-los, o ego se submete ao imperativo categórico do superego. Assinala que o sentimento normal (consciente) de culpabilidade (consciência moral) não opõe dificuldade nenhuma à interpretação. Baseia-se na tensão entre o ego e o id e é a expressão de uma condenação do ego por sua instância crítica.

Podemos ir mais adiante, diz

res: o mundo externo, o id e o superego e sua relação com eles é de angústia: “a verdadeira residência da angústia é o ego.”

Embora o ego aspire a ser amado pelo id, este não tem meios de experimentar amor ou ódio pelo ego. Nele apenas combatem Eros e pulsão de morte: “Podemos então dizer que o id se encontra sob o domínio da pulsão de morte, muda mas poderosa, e que quer a paz, aplacando o Eros perturbador, seguindo as indicações do princípio de prazer. Porém, com esta hipótese tememos subestimar em muito a missão de Eros.”

Em “A dissolução do complexo de Édipo” (1924), Freud atribui ao ego o recalçamento do complexo de Édipo, mas antecipa que a maioria dos recalçamentos posteriores se produzem sob a intervenção do superego, cuja formação se iniciaria justamente neste declínio. É em “O problema econômico do masoquismo” (1924) que Freud formulará: “O imperativo categórico de Kant é portanto o herdeiro direto do complexo de Édipo... sendo este a fonte de nossa moral individual.”

Ao tentar esclarecer o domínio cultural das pulsões que impediria o sujeito de utilizar em sua vida uma grande parte de suas pulsões “destrutivas”, Freud o articula ao retorno do sadismo contra a própria pessoa. Esta “destrutividade”, além de intensificar o masoquismo, é acolhida também pelo superego, aumentando assim o seu sadismo contra o ego. Diz que, em seu entender, só assim se pode compreender o sentimento de culpa resultante do domínio das pulsões.

Ultrapassando sua filiação iluminista ou cientificista nos próprios termos de Kant, ou seja, nos termos de um imperativo categórico que Freud coloca entre aspas (porque não é na liberdade da lei moral kantiana que ele se constitui), Freud terá encontrado, nos domínios da força pulsional não

representada, o substrato para fazer uma “genealogia da moral” à sua moda através do superego. Ou seja, é a força pulsional se impondo como uma vontade (a compulsão à repetição) e não uma lei, um imperativo, que se impõe pela razão (Kant). O “imperativo categórico” de Freud, isto é, a relação tirânica e compulsiva do superego em relação ao ego tornado masoquista, poderia ser incluída assim, em uma ética da força, das intensidades, do convívio do inconvivível, ou seja, uma ética trágica.

O ideal-de-ego

Penso que o texto da Acrópole tem o caráter de uma *revisão ética*. O termo está aqui sendo empregado no sentido de Lacan (*no Seminário 7, A ética da psicanálise*): uma revisão ética teria como parâmetro a relação da ação com o desejo que a habita. Mais do que isto, e aproveitando esta indicação de Lacan, é por Freud ter reconhecido a natureza trágica do desejo que estava no âmago de sua ação de “chegar tão longe” que seu texto pode ser aproximado de um pensamento trágico, de uma ética trágica. Em minha leitura, ele teria desenvolvido ou radicalizado este pensamento num tempo de sua obra que se iniciou com o mal-estar na Acrópole. Tempo este que, no contexto maior de meu estudo, chamei de tempo trágico de Freud.

Retomando um aspecto do trágico em Sófocles, isto é, a novidade que ele introduziu no teatro trágico grego relativa a um princípio de ação mais baseado na vontade humana do que na divina, falei do desejo em Freud articulado a uma ética trágica, como aquilo que me permitiu distinguir tragédia e trágico em Freud. Se à tragédia articulei a questão de excesso (sob os aspectos econômico, tópico e dinâmico), ao trágico articulei uma interrogação

sobre o desejo, interrogação esta feita precisamente diante dos imperativos estranhos, paradoxais e cruéis, que são propostos ao su-

O texto da Acrópole tem o caráter de uma *revisão ética* cujo parâmetro é a relação da ação com o desejo que a habita.

jeito em sua experiência.¹¹ Esta é a meu ver a questão que Freud constrói implicitamente no texto da Acrópole, como um duelo entre uma voz ancestral que advém como um “imperativo categórico” (voz do real, do excesso) e uma outra voz que o faz interrogar-se sobre suas aspirações. Nesta voz pretendi reconhecer o ideal-de-ego, esta lei simbólica que faz falar (e não recalçar), retirando Freud da sideração que o tomou na Acrópole e relançando-o na via da dessideração, isto é, na via do *desiderium* que é o desejo.

Neste texto de 1936, Freud elaborou seu desejo de superação do pai transformando superação (drama edípico, sentimento de culpa) em ultrapassagem (trágico, sublimação), ao interpretá-lo como uma transgressão efetuada pela afirmação de seu desejo, ou “pela perseverança em seus significantes.”¹² *Acrópole* e

chegar tão longe. Como propõe Lacan no *Seminário 7*: “A única coisa da qual alguém pode se sentir culpado, num contexto analítico, é de ter cedido do seu desejo.” Pelo que acabamos de dizer, Freud não “cedeu de seu desejo” de “chegar tão longe”, mas nem por isso deixou de se sentir culpado, em 1904, pelo que ele próprio ressalta no texto da Acrópole (1936). Tentemos compreender estes dois momentos.

Em *O paradoxo da ética*, Lacan diz que gozo é aquilo com que se paga a sublimação: “Esta operação mística (a sublimação) paga-o com uma libra de carne.” Ou seja, paga-se com angústia, na sua expressão de sentimento de culpa ou mal-estar, como nos diria Freud no contexto de *O mal-estar na civilização* ao abordar o paradoxo da consciência moral e no qual estaria implícita a idéia de um sacrifício (corporal) em relação às pulsões (“a libra de carne” de Lacan com a qual se paga a sublimação). Sacrifício este, inclusive que não saldaria a dívida do sujeito com a cultura, deixando-lhe (e ainda aumentando) um resto de mal-estar (de gozo).

Entretanto, seria interessante perguntar, à luz destes dois momentos que considero, se este gozo a que Lacan faz referência tão freudianamente (quanto à sublimação) seria ainda o gozo em questão no texto da Acrópole. Ou perguntando de outra forma, se o único destino da sublimação seria o aumento do mal-estar ou sentimento de culpa, tal como Freud considera em 1929.

Tomando como referência a experiência da Acrópole, Freud nos fala de um sentimento de culpa atrelado a um sentimento de triunfo em relação ao pai por ter “chegado tão longe.” Seria possível falar de um gozo edípico, em 1904? Isto é, a angustiante estranheza como face da angústia de castração (e seu equivalente consciente, o sentimento de culpa) articulada ao sentimento de

triunfo pela superação do pai/desejo de parricídio? Seria possível falar de um gozo trágico articulado à sublimação no texto de 1936, ou seja, na assunção feita por Freud da transgressão ou ultrapassagem de uma lei superegóica paradoxal (do “imperativo categórico” que enuncia: não deves superar o pai/deves

ção do “imperativo categórico” mas o do ideal-de-ego, e seria possível falar de sublimação articulada a um gozo trágico.

Estas questões me lembram uma passagem na obra de Lacan, no *Seminário A angústia*, no qual ele diz que a castração nada mais é que o momento em que se interpreta a

As intensidades pulsionais poderiam ter um outro destino: o de *poiésis*, mediado pelo ideal-de-ego. Seria possível falar de sublimação articulada a um gozo trágico, em que as intensidades teriam como alvo a possibilidade de criação.

superar o pai), permitindo assim que ele chegasse tão longe?

Ao falar de gozo trágico estou fazendo referência necessariamente ao excesso pulsional, aos domínios de um para além do princípio de prazer, ao desamparo. Mas para falar de trágico isto não é suficiente (seriam estas apenas as pré-condições do trágico como fiz menção anteriormente). Neste gozo, o trágico estaria referido a uma ultrapassagem do “imperativo categórico”, como já disse, e portanto do destino econômico das intensidades pulsionais, do excesso. Ou seja, a intensidades pulsionais que, ao invés de retornarem sobre o ego torturando-o sob a forma de sentimento de culpa (relação tirânica do superego com o ego: a de um “imperativo categórico”), teriam outro destino: o de *poiésis*. Nesta outra relação não se teria a media-

castração. É interessante talvez pensar que esta formulação possa ser estendida à sublimação. Por isto quero propor que a criação da psicanálise, este “chegar tão longe” de Freud, só se torne de fato e de direito uma sublimação no momento em que ele a interpreta no texto de 1936, transformando, através desta interpretação, as intensidades do sentimento de culpa (drama edípico, gozo edípico) em um desamparo diante das pulsões. Entretanto essas intensidades não teriam mais o ego como alvo, mas sim os objetos da cultura, a possibilidade de criação (trágico, gozo trágico). Este gozo, diferente do gozo edípico (ainda uma rivalidade), pressupõe a ultrapassagem do horror civilizatório (desejo de parricídio) constituindo-o como fonte de sublime, de errância e de criação na cultura. O trágico em Sófocles é uma afirmação do desam-

É possível pensar em um dualismo entre moral e ética em Freud: o superego mantém a duras custas o interdito - próximo da moral como código - e o ideal-de-ego permite ao ego aspirar a partir de um posicionamento desejante que se aproxima da ética.

para diante da onipotência do destino, dos deuses, ou das pulsões, conforme minha proposta. Mais precisamente, o desamparo não é inermidade, mas potência de ação humana, desejo. O homem trágico de Sófocles e de Freud é aquele em que o destino não é dado de antemão. Sua ação, suas saídas podem ser criativas. Um trágico assim compreendido deixa de ser nostalgia do pai ou dos deuses para ser a condição de todas as condições, condição para a criação.

Para finalizar, relemos que em um determinado momento de *O ego e o id* Freud trabalha a articulação do superego com a pulsão de morte, dando-lhe três destinos possíveis: parte dela é neutralizada por Eros, outra parte é derivada para o exterior como agressão, e uma terceira parte, a mais importante, continua seu trabalho internamente. Em “A dissolução do complexo de Édipo”, Freud reafirma o superego como herdeiro, também, de um complexo de relações simbólico/imaginárias, quando o qualifica como herdeiro do complexo de Édipo, mantendo sua função normativa, referida a um ideal e reguladora, inclusive, da relação “categórica” do superego como o ego.

É a esta vertente do superego, herdeira de um complexo de Édipo

e marcada pelas intensidades pulsionais do id, neutralizadas por Eros, que penso poder referir o ideal-de-ego, como uma instância diferenciada da relação “categórica” do superego com o ego. Penso, talvez, ter apresentado alguns subsídios para expor minha idéia de estabelecer diferenças entre a gênese da moralidade e da ética em Freud a partir do superego.

À vertente “filogenética” do superego, e que se pode chamar de mortífera, estariam articulados os temas do sagrado e sua vinculação ao religioso (a vontade do pai morto), da lei da força hegeliana (ou lei da punição) e do “imperativo categórico” tal como Freud o concebe. Esta é a vertente tanática, expressão da compulsão à repetição, como repetição do mesmo. A outra vertente, que se relaciona ao ideal-de-ego, nos permite aproximar o profano do sagrado, o desejo da falta e da transgressão.

Não foi em vão que Freud distinguiu estas duas vertentes do superego, desde o início, conservando-as com nomes diferente mesmo quando as unificou, tardiamente, sob a única denominação de superego. A partir desta diferença é possível pensar em um dualismo entre moral e ética em Freud: o superego (como consciência moral,

“imperativo categórico”) que mantém a duras custas o interdito – que eu aproximo da moral como código de leis de conduta – e o ideal-de-ego, instância que permite ao ego aspirar, ultrapassando ou transgredindo simbolicamente o “imperativo categórico” a partir de um posicionamento desejante e que eu aproximo da ética. ■

NOTAS

1. F. Hölderlin, F. Dastur, *Reflexões: Tragédias e Modernidade*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
2. Deleuze, em *Diferença e Repetição* (p.110), comenta que a unidade e a identidade divina são, na verdade, a única garantia do eu uno e idêntico, e Deus se conserva enquanto se guarda o eu ... Nietzsche, comenta ainda Deleuze, parece ser de fato o primeiro a ver que a morte de Deus só se torna efetiva com a dissolução do eu. Convém então, diz ele, que nos interessemos por um momento furtivo, fulgurante do kantismo, que nos se prolonga nem mesmo em Kant, nem no pós-kantismo – salvo talvez em Hölderlin, na experiência e na idéia de “um afastamento categórico dos deuses” – quando Kant põe em questão a teologia racional, introduzindo assim uma fissura, uma rachadura no eu puro do eu penso.
3. Em “A dissecação da personalidade psíquica” em *Novas conferências introdutórias à psicanálise*, 1932), Freud nos diz que “a moralidade que supúnhamos da por Deus é na verdade originada em nós mesmos.
4. Gostaria de aproximar esta força mortífera do processo civilizatório (distinguindo-o da cultura) que obriga o sujeito à renúncia pulsional, tendo como contrapartida a produção de culpa e o esvaziamento libidinal. (J. Birman, “Desamparo, horror e sublimação”, 1994, p. 18)
5. Já se delinea aqui, neste início da moral humana, o caráter de contrato totêmico que teria regulado as relações entre o humano e o sagrado, revelando, então, o nascimento da moral como um código de leis de conduta que não deve ser desrespeitado (tal como “a obediência retrospectiva ao pai morto”, elaborada em *Totem e Tabu*, que Freud relaciona à vontade do pai morto, ao sagrado, em *Moisés e o monoteísmo*).
6. J. Lacan, *Seminário 7. A ética da psicanálise* (1959-1960), Rio de Janeiro, Jorge Zahar, *Seminário, A angústia* (1991-1963), p. 115.
7. Que eu chamei antecipadamente de contrato totêmico.
8. Não desenvolvo aqui uma diferenciação entre cultura e civilização, embora o tenha feito no contexto de minha dissertação de mestrado. Seria o caso, nesta citação, de substituir cultura por civilização, pois é ao processo que articulo o “imperativo categórico”, redundando no sentimento de culpa, enquanto à cultura articulo a dimensão do ideal-de-ego, permitindo uma satisfação parcial das pulsões através da sublimação. Esta elaboração será vista com maiores detalhes adiante.
9. Hölderlin, op. cit.
10. Na realidade, em *Psicologia das massas e análise do ego*, Freud chamou esta instância de ideal-de-ego. Em *O ego e o id*, usa pela primeira vez o termo superego.
11. J. Lacan, op. cit.
12. Alain Didier-Weil, *Le trois temps de la loi*, Paris, Blin, 1993.